

Ataques aos direitos não passarão!

Nesta semana, o Congresso entra em recesso sem ter votado o PLP 01, a nefasta medida que congelaria o salário por dez anos. E já começam a aparecer sinais de que o governo ensaia um recuo.

Ao mesmo tempo, nenhuma categoria - o Banco Central é o primeiro da fila - cedeu à intensa pressão para aceitar o "princípio" de que o salário de grevista tem que ser descontado, que é o primeiro teste da futura lei anti-greve.

Por outro lado, ainda que a conta-gotas, com enorme sacrifício e pela persistência de greves que se estendem por semanas a fio, o governo começa a ceder às reivindicações dos diversos setores.

A conclusão é uma só: pela sua luta unitária, articulada com os trabalhadores do setor privado, os servidores públicos federais podem, sim, impor suas reivindicações ao governo Lula e defender os seus direitos.

É para construir a unidade ao redor de reivindicações e exigências concretas que está convocada pela CUT a Marcha a Brasília, em 15 de agosto, proposta levantada por dezenas de sindicatos para dar continuidade às jornadas de luta de 10 e 23 de abril, de 23 de maio e de 4 de julho.

lia, em 15 de agosto, proposta levantada por dezenas de sindicatos para dar continuidade às jornadas de luta de 10 e 23 de abril, de 23 de maio e de 4 de julho.

■ Contra as "Fundações Estatais"

Esse mesmo movimento também vai se confrontar com as "fundações estatais", que são uma forma de privatizar recursos e equipamentos públicos e contratar trabalhadores sem os mesmos direitos que os servidores. A greve da Fasubra (servidores das universidades) já se choca com essa política. Leia no sítio do Sindsep na internet a íntegra da nota pública contra esse projeto do governo.

Exigir diretamente de Lula o atendimento das reivindicações

Moção a Lula

Sr. Presidente Lula,
A Direção Nacional da CUT solicitou há dois meses audiência com o Presidente da República para tratar de questões fundamentais para nós, trabalhadores e trabalhadoras, dentre elas: retirada do PLP 01; recusa de qualquer substitutivo à Emenda 3; respeito ao direito irrestrito de greve; piso salarial para os professores.

Solicitamos que o Sr. Presidente receba a CUT quando da realização da Manifestação que a central programa para 15 de agosto próximo em Brasília.

(enviar para protocolo@planalto.gov.br, com cópia para a CUT)

CPI: controladores não são os culpados

A CPI do Apagão Aéreo na Câmara concluiu que os pilotos do jatinho Legacy são os principais culpados pelo acidente que vitimou 154 pessoas, em setembro de 2006. Leia mais no sítio do Sindsep na internet.

15 de agosto Marcha a Brasília



- * Retirada do PLP 01;
- * Manutenção do veto à Emenda 3;
- * Direito Irrestrito de Greve;
- * Negociação coletiva no setor público;
- * Previdência Pública para todos e que amplie direitos;
- * Educação Pública de qualidade;
- * Reforma Agrária.

Ibama recua e revoga portaria

Na sexta-feira, 13.07, o Sindsep-DF recebeu correspondência do presidente substituto do Ibama, Bazileu Alves Margarido Neto, comunicando a revogação da portaria 755 que ameaça grevistas de demissão. A medida havia sido denunciada na edição 241 do Esplanada Geral ("Abaixo a ditadura no Ibama") e foi objeto de repre-

sentação no Ministério Público por abuso de poder e assédio moral. Resultado da luta dos servidores, a revogação é um passo para restabelecer o reconhecimento do direito de greve. Mas ainda falta o governo recuar de sua determinação de cortar o salário dos grevistas.

A greve no Ibama continua (leia na pág. 4).

CNPq



MPS

GT vai elaborar Plano de Carreira

Em audiência com o ministro Luiz Marinho no dia 11.07, os diretores da Condsef e Sindsep-DF reafirmaram a necessidade de uma carreira para os administrativos do ministério.

O ministro concordou com a criação do GT, que irá elaborar propostas de melhorias que atendam os 3.192 servidores, e irá se reunir com as entidades representativas (CONDSEF, FENASPS e CNTSS), separadamente.

Os servidores esperam que as propostas estejam prontas até agosto, para que o projeto seja incluído na peça orçamentária de 2008.

O ministro foi receptivo e assumiu o compromisso de, nos próximos dias, formalizar o GT para viabilizar as propostas. O Sindsep-DF solicitará uma nova audiência com a direção do MPS para cobrar uma resposta sobre a pauta específica de reivindicações dos servidores do órgão.

Greve continua!

O Ministério do Planejamento agendou para a quinta-feira, dia 19.07, uma nova rodada de negociação dos servidores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No dia 12.07, os servidores se reuniram com a SRH do Planejamento que, na ocasião, disse que ainda não tem

nenhuma proposta formal para apresentar. A principal reivindicação que motivou a greve é a recomposição da tabela salarial. Nesta segunda-feira, dia 16.07, nova assembléia avalia e decide os rumos do movimento às 14h30, no prédio da 507 Norte, sala Álvaro Alberto, 3º andar.

MTE/DRT's

Plenária Nacional em agosto

Está convocada pela Condsef, para o mês de agosto, em Belo Horizonte (MG), uma plenária nacional dos servidores do Ministério do Tra-

balho e Emprego e Delegacias Regionais do Trabalho de todo o Brasil. O objetivo é consolidar uma proposta única de Plano de Carreira para o

setor. Nos próximos dias, será marcada a assembléia que vai eleger os delegados de Brasília. Enquanto isso, o Sindsep-DF já se organiza para

cobrar o atendimento da pauta de reivindicações dos servidores do MTE apresentada em audiência com o Ministro Carlos Lupi.

MSaúde/Funasa

Servidores cobram atendimento das reivindicações

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, recebeu representantes da Condsef e dos servidores do Ministério da Saúde e Funasa, em audiência, dia 12.07. Temporão disse entender que é necessário e importante uma carreira única e padrão para o setor da Saúde. O ministro propôs que fosse retomado o Grupo de Trabalho (GT) com a participação das entidades e do Minis-

tério da Saúde, no sentido de buscar alternativas para a construção definitiva do Plano de Carreira, cabendo ao GT buscar as alternativas.

Os servidores também propuseram que o governo antecipe o pagamento das parcelas restantes dos 47,11%, fruto do acordo firmado em 2005. O ministro concordou com a proposta, mas alegou que a decisão é da alçada do

Ministério do Planejamento e se comprometeu a buscar formas de ajudar politicamente para resolver a questão.

O MS também ficou de encaminhar um ofício para a direção da Funasa solicitando uma reunião para tratar da transformação da indenização de campo em gratificação e da lotação dos servidores descentralizados (cedidos para os governos estaduais e municipais).

VITÓRIA DO SINDSEP:

Justiça manda recalculer indenização de campo

O juiz federal titular da 15ª Vara Cível, João Luiz de Souza, condenou a Funasa a recalculer os valores pagos em forma de indenização de campo, no período de outubro de 1998 a setembro de 2002, e a pagar as quantias que estiverem faltando a dois servidores do órgão. A ação foi impetrada pelo Sindsep-DF, junto com mais de 30 outros processos com a mesma solicitação.

O juiz entendeu que o governo não cumpriu o que diz o art. 15 da Lei 8.270/91, que determina ao Poder Executivo reajustar a indenização de campo (criada pelo art. 16 da Lei nº 8.216, de 1991) "na mesma data e percentual de revisão dos valores de diárias". Os cálculos serão acrescidos de correção monetária, a contar a partir do momento em que deveriam ter sido pagas as indenizações, e juros de 6% ao ano.

SRH se compromete a analisar propostas



Mobilizados e com muita expectativa, os servidores do Planejamento acompanharam a audiência realizada com a Secretaria de Recursos Humanos, na quinta-feira, dia 12.07. Junto com a Condsef e Sindsep-DF, uma comissão de servidores, eleita e referendada em diversas assembléias, reafirmou para o secretário as reivindicações de implantação do Plano de Carreira específico e extensão imediata da GSISTE, gratificação que foi concedida ape-

nas a 247 servidores, deixando de fora 1.032.

O secretário Duvanier se comprometeu a analisar as duas reivindicações e a apresentar, em nova audiência, que será marcada em até 15 dias, uma resposta da SRH.

Os servidores avaliaram como positivo esse primeiro contato e decidiram aumentar a mobilização para cobrar o rápido atendimento das reivindicações.

MEC

Reivindicações apresentadas

Representantes dos servidores do Ministério da Educação e do Sindsep-DF participaram de duas reuniões com a direção do MEC na semana passada. No dia 10.07, o encontro foi com o secretário executivo, José Henrique Paim Fernandes, para tratar especificamente de três assuntos: Plano de Carreira, com antecipação de gratificação; reinstalação da comissão de ética e assédio moral.

O secretário se comprometeu a apresentar uma resposta em 15 dias, período em que o setor de Recursos Humanos do ministério fará um estudo sobre o impacto financeiro da proposta de Plano de Car-

reira. A comissão lembrou que a tabela da gratificação pode ser semelhante à dos servidores da Cultura.

Para o subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, Espartaco Madureira Coelho, no dia 11.07, a comissão entregou uma pauta com 17 itens. Entre eles, o atendimento da GEAP é um dos que causa maior preocupação. Os servidores ficaram de entregar ao subsecretário um levantamento completo dos problemas enfrentados pelo funcionalismo a cada nova consulta médica ou realização de exame. Os servidores levantaram, inclusive, a possibilidade de rescisão do contrato do MEC com a GEAP.

Bacen

Ninguém aceita o corte de ponto

Em reunião de negociação com os servidores do Banco Central, no dia 11.07, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, reafirmou que o acordo financeiro está feito, mas sua formalização aguarda a decisão sobre os dias parados.

A reunião foi tensa devido à insistência do governo em arrancar um acordo envolvendo o corte de ponto no que ele chamou de compartilhar decisões e responsabilidades. Mas as entidades sindicais (Sindsep-DF, Condsef, Sintbacen, Sinal) se mantiveram muito firmes e apegadas ao mandato das assembléias: não haverá acordo envolvendo o corte de ponto.

Ainda assim, o governo apresentou uma proposta para ser submetida ao funcionalismo:

40% dos dias de greve seriam matematicamente desprezados em virtude do esforço de colocar o trabalho em dia durante o expediente normal;

30% seriam resolvidos com a extensão da jornada de trabalho;

30% (11 dias) seriam descontados pecuniariamente.

O Sindsep-DF destacou que há muitos trabalhos que, tendo ficado atrasados em virtude da greve, demandarão um tempo muito superior ao normal. Por isso, antes de qualquer definição, o

Banco deveria fazer cálculos e levantamentos das horas necessárias à reposição pois poderia perfeitamente acontecer de a 1ª e a 2ª partes da proposta do governo cobrirem integralmente os dias de greve.

Ademais, se houver o corte de 11 dias, o trabalho correspondente não seria repostado. Foi, então, perguntado ao Banco se ele poderia prescindir dessas horas.

A conclusão a que se chegou é que ainda são necessários esclarecimentos e novas discussões. A reunião foi suspensa e será retomada na quinta-feira, dia 19.07. Por isso, a próxima assembléia, salvo algum fato novo, ocorrerá na sexta-feira, dia 20.07.

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Colaboraram nesta edição:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, Giselle do Valle, Niraldo, Maria de Jesus, Mônia, Fernanda e Míriam - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Estagiárias:** Leide Santos e Liliane Madureira **Diagramação:** André Filho - **Fotos:** Jane Franco - **Tiragem:** 14.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.**



Inkra

GREVE

entra em fase decisiva

O Ministério do Planejamento aceitou a proposta dos servidores do Incra de não efetivar o corte de ponto na folha de julho, que está sendo fechada nesta semana. A medida é resultado da reunião realizada dia 10.07, com secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Ferreira.

Nessa reunião, após uma longa discussão, o governo decidiu realizar uma reunião técnica na segunda-feira, dia 16.07, para levantar os pontos consensuais da proposta apresentada pela Cnasi e Assinagro, que tem como eixos centrais aumento do vencimento básico, fim da curva forçada, paridade ativo-aposentado-pensionista, início da implantação em 2007, recomposição da força de trabalho. Com base na discussão realizada na segunda, ocorrerá uma nova rodada de negociação na terça, dia 17.07.

Essa pequena abertura para a negociação é, sem dúvida, resultado da persistência dos servidores que, contra todos os obstáculos, mantiveram a greve e realizaram, na semana passada, uma caravana a Brasília que reforçou a disposição de luta.



Cultura

Planejamento define agenda de negociações

O Ministério do Planejamento aceitou antecipar para a próxima quinta-feira, dia 19.07, a negociação que estava marcada para o fim do mês. As reuniões técnicas para discutir com base na proposta de Plano Especial de Cargos elaborada pela Mesa Setorial de 2005 foram mantidas para 13 e 18.07. No dia 13, em reunião técnica, o governo, a partir de simulações realizadas, apresentou algumas sugestões que

podem ser incorporadas na remuneração.

A intenção dos servidores é fechar, no dia 18.07, uma proposta que possa ser debatida e aprovada na negociação do dia 19, mesmo se, na última reunião com o secretário Duvanier, ele tenha considerado essa possibilidade remota. É por isso que a greve continua e precisa ser reforçada.

Ibama

Em assembléia no dia 13.07 os servidores do Ibama decidiram manter a greve até que o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/07 seja votado ou o Senado Federal entre em recesso. A votação pode acontecer nesta terça-feira, dia 17.07, último dia previsto para votações antes do recesso.

Essa proposta foi apresentada pelo Comando Nacional de Greve. Se o

projeto realmente for votado na terça-feira, independentemente do resultado, os servidores automaticamente suspendem a greve para dar início às negociações sobre a reposição dos dias parados e o não corte do ponto. Caso a matéria não seja apreciada no plenário, os servidores entram em estado de greve e realizam uma plenária no final de julho para avaliar e discu-

tir os rumos do movimento, que em agosto pode retornar à greve com força total. Também ficou acertado que os estados que já saíram da greve deverão fazer uma paralisação de 24 horas no dia 17.07 para cobrar dos parlamentares a rejeição do PLV 019/07. Em Brasília, uma vigília no Senado Federal é a principal mobilização para esse dia. Todos em defesa do Ibama!

IBAMA Roosevelt Pinheiro-ABr

